

Estado não tem controle sobre poluição de navios

Fotos de Chico Guedes

Nilo De Mingo

A água que serve de lastro dos navios que chegam aos portos do Espírito Santo e que é despejada na Baía de Vitória, para que os barcos possam receber cargas, não tem qualquer fiscalização dos órgãos ambientais do Espírito Santo. Isto pode prejudicar o projeto de despoluição do ecossistema litorâneo do Espírito Santo, que será executado com recursos do Banco Mundial, já que o litoral e a área do complexo portuário de Vitória deixariam de receber esgotos domésticos e industriais, mas a água do lastro nos navios, e que não é analisada para se saber se está ou não poluída ou contaminada, continuaria a ser lançada nesses locais sem qualquer controle, mantendo a poluição.

A Organização Marítima Internacional (OMI), com sede em Londres, já adotou normas para controlar o lançamento do lastro das embarcações, mas o cumprimento dessas normas é voluntário e vem sendo ignoradas pela maioria dos países que tem atividades portuárias. No Espírito Santo, a movimentação no portos cresceu substancialmente e a tendência é um aumento desta atividade, principalmente em decorrência da implantação do corredor de exportação. Um outro agravante são as dimensões da Baía de Vitória, que por ser pequena sentiria mais facilmente os efeitos poluidores que a água do lastro poderia causar.

O engenheiro sanitário Sérgio Santana afirma que a água que é utilizada como lastro nos navios representa riscos no Espírito Santo, principalmente porque o Estado tem uma grande zona portuária e

pelo fato de a Baía de Vitória ser pequena e fechada. "Podemos estar recebendo bactérias, fungos e águas poluídas de outras regiões da terra, sem que isto esteja sendo observado ou controlado. No caso específico da Baía de Vitória, a preocupação é maior, pois ela é pequena, fechada e a cada dia recebe mais navios", disse Santana.

Para ele, é preciso que as autoridades ambientais do Espírito Santo analisem o problema e avaliem a magnitude do problema e os riscos que o lastro despejado na baía, bem como a quantidade, podem trazer para o ecossistema e para o meio ambiente. Sérgio Santana diz também que os órgãos de controle do meio ambiente precisam de mais pesquisas e de financiamentos para que monitoramentos sejam feitos e se avalie os efeitos que a água do lastro dos navios possam estar causando ao meio ambiente.

Ele cita, ainda, o projeto de despoluição dos ecossistema litorâneos. "O Governo está investindo na despoluição, construindo estações de tratamento de esgotos e redes de esgotos, mas pode estar se esquecendo de outras fontes poluidoras. É preciso estar atento a isto", afirmou o engenheiro sanitário, Sérgio Santana.

O engenheiro Júlio Dal Piaz, que é ligado à área portuária no Espírito Santo, admite que navios lastreados com água poluída chegam aos portos capixabas e lançam essa água aqui. "Uma embarcação que pega água da Baía da Guanabara, altamente poluída, e vem para Vitória em busca de uma carga, certamente vai deixar essa água aqui e, pelo que sei, não há controle algum sobre esse lançamento ou mes-

mo uma análise da água utilizada como lastro ou da sua procedência", afirmou o engenheiro.

Segundo ele, este é o pior tipo de poluição, pois dificilmente é notada, ao contrário do óleo. "O óleo, certamente, não é o mal maior, pois é identificado logo e existem mecanismos para a sua retirada. Já a água poluída por esgotos domiciliares e industriais, que é colocada nos porões como lastro, dificilmente é notada quando lançada ao mar", disse o engenheiro Dal Piaz.

O diretor do Departamento de Controle Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Vitória, Léo Storch, confirma que não há controle da água usada como lastro e que acaba sendo despejada nos portos do Espírito Santo. Segundo ele, a Prefeitura, junto com a Capitania dos Portos e outros órgãos de meio ambiente, tem uma atuação corretiva e punitiva para o caso de poluição dos meios hídricos, mas não tem uma ação preventiva. "Não há um programa preventivo e que faça a análise da água utilizada como lastro nos navios. A possibilidade de haver poluição provocada por água contaminada existe".

Léo Storch considera que é preciso um estudo mais detalhado para saber da viabilidade e da necessidade da realização de exames para verificar a qualidade da água do lastro, e se ela estaria causando algum problema ou dano ao meio ambiente na Baía de Vitória ou no litoral capixaba. Mas ele observa que para a Prefeitura, sozinha, o problema se tornaria mais complexo e que, a curto prazo, ele não acredita que o Estado venha a ter um trabalho preventivo em relação ao lastro.



Os órgãos de vigilância ambiental do ES não exercem fiscalização sobre a água que serve de lastro aos navios

Água pode trazer microorganismos

Além dos problemas de poluição ambiental que a água usada como lastro nos navios pode causar, ela pode estar trazendo microorganismos e espécies marinhas de outras regiões da Terra para o litoral capixaba. Um estudo realizado pelos biólogos norte-americanos James Carlton e Jonathan Geller, concluído no ano passado, indica que microorganismos e espécies estão sendo transportados junto com a água do lastro e depois introduzidos em regiões onde não existiam.

O trabalho dos dois pesquisadores foi publicado em julho do ano passado na revista *Science* e conclui, entre outras coisas, que as espécies transportadas podem ter dois destinos. O primeiro seria a espécie alienígena não se adaptar ao novo local e morrer. O segundo seria dela se adaptar e começar a se reproduzir. Neste caso, o intruso poderia

causar graves desequilíbrios ao ecossistema hospedeiro. No caso de microorganismos tóxicos ou causadores de doenças, a invasão poderia ser perigosa até para os seres humanos.

Atualmente, existem navegando pelos mares cerca de 35 mil navios que usam a água como lastro, e, de acordo com os biólogos Carlton e Geller, a invasão biológica pela água existe desde que os navios passaram a usar lastros líquidos, há mais de cem anos. Hoje, segundo eles, não é tão fácil estabelecer se uma determinada espécie é nativa de uma região ou foi importada, dado que a frota mundial cresceu muito e as embarcações ganharam mais velocidade, favorecendo a disseminação das espécies pelos mares.

Para a bióloga Glória Abaurre, a introdução de espécies exóticas, sobretudo as maiores, pode ocasionar

problemas. "No caso delas se adaptarem ao meio, passam a competir com as nativas para garantir o seu espaço e, certamente, a espécie mais fraca será eliminada pela mais forte", afirmou a bióloga. Ela cita dois exemplos de introdução de espécies alienígenas numa determinada região. O primeiro é o caso das piranhas na Lagoa Juparanã e, o segundo, é o da introdução de tucunarés em regiões onde ele não existia.

"Em ambos os casos essas espécies passaram a competir e a dizimar as espécies nativas, sobretudo o tucunaré, que é um peixe extremamente carnívoro". Para Glória Abaurre, essa é uma questão preocupante e que merece ser olhada com atenção pelos órgãos ambientalistas do Espírito Santo, tanto no que se refere à introdução de organismos exóticos, como também em relação ao aspecto de poluição ambiental.